



## **PAUTA DE REIVINDICAOES**

### **DATA BASE - MARÇO DE 2020**

O Sindicato dos Servidores Municipais de Ribeirão Preto, Guatapar e Pradópolis, com sede  Rua XI de Agosto não 361, neste ato representado por seu Presidente Laerte Carlos Augusto, apresenta ao Excelentíssimo Prefeito Municipal de Ribeirão Preto, Sr. Duarte Nogueira, a **Pauta de Reivindicaoes** da categoria, relativa  Data Base de março de 2020, aprovada em assembleia extraordinária realizada em 28 de fevereiro de 2020.

### **I - ITENS ECONMICOS**

**01** -  cediço que a revisão geral anual da remunerao dos servidores públicos municipais constitui direito constitucionalmente assegurado, tanto no âmbito federal, quanto no estadual e municipal, a fim de garantir a manuteno do poder aquisitivo, corroído pela inflao, in verbis:

#### **Constituio Federal:**

Art. 37 - A administrao pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

(...)



**SINDICATO DOS SERVIDORES MUNICIPAIS  
DE RIBEIRÃO PRETO, GUATAPAR E PRADÓPOLIS**



X - a remuneração dos servidores públicos e o subsídio de que trata o  4o do art. 39 somente poderão ser fixados ou alterados por lei específica, observada a iniciativa privativa em cada caso, **assegurada revisão geral anual, sempre na mesma data e sem distino de ndices;**

(...).

**Constituição Estadual:**

Artigo 15 – Para a organização da administração pública direta e indireta, inclusive as fundaoes institudas ou mantidas por qualquer dos Poderes do Estado,  obrigatório o cumprimento das seguintes normas:

(...)

XI – **a revisão geral anual da remuneração dos servidores públicos, sem distino de índices entre servidores públicos civis e militares, far-se- sempre na mesma data e por lei específica,** observada a iniciativa privativa em cada caso;

**Lei Orgânica do Município de Ribeirão Preto:**

Art. 120 - **A revisão geral da remuneração dos servidores municipais dar-se- sempre na mesma data e com os mesmos ndices.**



**SINDICATO DOS SERVIDORES MUNICIPAIS  
DE RIBEIRÃO PRETO, GUATAPAR E PRADÓPOLIS**



Parágrafo nico - Mantida a data-base estabelecida na legislao municipal para revisões dos vencimentos, salários e proventos dos servidores municipais, inclusive das autarquias e fundaes, **serão eles reajustados, periodicamente**, a título de antecipo, **de forma a garantir a manuteno do seu poder aquisitivo**, adotando-se, para tanto, os indexadores legais da política econmica do Governo Federal para avaliao dos índices inflacionários.

Ao conferir eficácia  previsão de revisão geral anual do artigo 37, X, da CF e art. 115, XI, da CE/89, a Lei Orgânica do Município de Ribeirão Preto garante aos servidores um reajuste compatível com a inflao, determinando expressamente que vencimentos, salários e proventos dos servidores serão reajustados, periodicamente, na data-base, a título de antecipo, de forma a garantir a manuteno do seu poder.

Portanto, a revisão geral anual, disciplinada pelo artigo 37, inciso X, da Constituio Federal e art. 115, XI, da CE/89, no Município de Ribeirão Preto, possui lei específica regulamentando-a instituindo claramente o direito  reposio de perdas salariais decorrentes do processo inflacionário.

Além da previsão na LOM, percebe-se, de pronto, que em Ribeirão Preto-SP, o art. 5 da Lei Complementar n 1.866, de 06 de julho de 2005, fixou o mês de março de cada exercício como data para a revisão anual da remunerao dos servidores públicos municipais, nos seguintes termos.

[...] Artigo 5 - As remuneraes e os subsídios dos servidores públicos do Poder Executivo do Município de Ribeirão Preto, da Administrao Direta, Autarquias, Fundaes Públicas Municipais e a Câmara Municipal, serão revistos, na forma do inciso X do art. 37 da Constituio, no



**SINDICATO DOS SERVIDORES MUNICIPAIS  
DE RIBEIRÃO PRETO, GUATAPAR E PRADÓPOLIS**



ms de março de cada exercício, sem distinção de índices, extensivos nas mesmas condições, aos proventos da inatividade e às pensões. (G.N.)

Verifica-se, portanto, com clareza solar, que o mencionado dispositivo legal  taxativo ao afirmar que, no mês de março de cada exercício, as remunerações e os subsídios dos servidores serão revistos, na forma do inciso X, do art. 37, da Constituição.

Por ser a revisão geral dever constitucional e legal do Município e pela relação jurídica entre a Administração Municipal e servidor público pressupor direitos e obrigações recíprocas, o **Sindicato** requer a recomposição salarial do exercício de 2020, no percentual de **4,48%** (quatro ponto quarenta e oito por cento), observando-se a variação do INPC (ndice Nacional de Preços ao Consumidor), a ser aplicado aos vencimentos/proventos mensais integrais dos servidores públicos municipais, ativos, inativos e pensionistas, a partir de 1o de março de 2020;

**02** –  cediço que a produtividade está no centro de todas as discussões sobre políticas públicas no Brasil. Está claro que o Município s conseguirá manter a oferta sustentável de serviços públicos se fizer um esforço para reconhecer e ampliar os ganhos de produtividade no serviço público municipal.

Ribeirão Preto, nos últimos anos, vem apresentando crescimento populacional. Mas enquanto a população da cidade e a arrecadação tributária aumentaram, o número de servidores trabalhando no setor público se manteve inalterado, havendo, inclusive falta de reposição em muitas áreas.

Além do crescimento populacional identificado por estudos do IBGE, o agravamento da crise econmica e o aumento da taxa de desemprego tem levado



**SINDICATO DOS SERVIDORES MUNICIPAIS  
DE RIBEIRÃO PRETO, GUATAPAR E PRADÓPOLIS**



milhares de pessoas a deixarem opoes privadas na área da saúde, da educaao, do esporte, da cultura e da assistencia social, passando a depender do serviço público.

Como reflexo dessa migraao para os serviços públicos, o efetivo aumento de produtividade dos servidores constitui o principal indicador a explicar porque o serviço público municipal não entrou em total colapso com o crescimento populacional dos últimos anos e a debandada da populaao de serviços particulares.

Desse modo, por ser o reconhecimento do efetivo aumento de produtividade dos servidores públicos municipais pedra de toque em novas conquistas organizacionais, o **Sindicato** requer a concessao, a título de aumento real, do percentual de **1,7%** (um ponto sete por cento), percentual esse a ser somado ao percentual de **4,48%** (perdas inflacionarias) e aplicado no percentual de **6,18%** (seis ponto dezoito por cento) aos vencimentos mensais integrais dos servidores municipais, ativos, inativos e pensionistas, a partir de 1 de março de 2020;

**03** - Recomposiao salarial para o exercício de 2020, no percentual de **4,48%** (quatro ponto quarenta e oito por cento) observando-se o ndice INPC (ndice Nacional de Preços ao Consumidor), mais o percentual de **1,7%** (um ponto sete por cento) a título de aumento real, totalizando o percentual de **6,18%** (seis ponto dezoito por cento), a ser aplicado no Vale Alimentaao;

**04** – Aplicaao do percentual de **6,18%** (seis ponto dezoito por cento), no Auxílio Nutricional dos Aposentados, a partir de 1 de março de 2020;



## **II - ASSUNTOS GERAIS**

- 01 - Cumprimento do Acordo Coletivo de 2018 em relação  implementação do cronograma de pagamento da Licena Prmio;
- 02 - Que a gratificação prevista no artigo 9,  1 e 2 da Lei Complementar N 2.765/16 seja estendida a todos os servidores das demais secretarias, que ocupam o mesmo cargo administrativo e exercem as mesmas funções;
- 03 - Alteração da legislação vigente que regulamenta o adicional de insalubridade, a fim de que o percentual de pagamento passe a incidir sobre o valor do srio base;
- 04 - Regulamentação da jornada de 12x36, em conformidade com as especificidades prrias de cada Secretaria;
- 05 - Que sejam realizados os exames mdicos previstos na NR-07 e NR-9, aprovada pela Portaria MTE n 3214/78;
- 06 - Cumprimento da norma que determina a alta mdica antes do retorno às atividades laborais do servidor afastado por licena-sade;
- 07 - Cumprimento da NR-07, aprovada pela Portaria MT 24, de 29/12/1994, que estabelece a emisso de ATESTADO DE SADE OCUPACIONAL para os casos de readaptação;
- 08 - Que seja adotado o sistema de rodzio de funcionrios para participação em Comisses remuneradas;
- 09 - Abertura de Concurso Pblico para Agente de Operação (auxiliar de servios) para todas as secretarias;
- 10 - Fixação de data para pagamento do dcimo terceiro srio e frias, por meio de lei municipal;
- 11 - Volta do pagamento dos 10 dias de frias em pecnia;
- 12 - Que a administração Direta e Indireta repasse ao Sassom a contribuição patronal mensal, calculada sobre o montante da folha de pagamento, conforme letra "e" do art. 25 da Lei Complementar Municipal 441/95;
- 13 - Reenquadramento do nvel de Agente de Segurana de 04.1.01 para 06.1.01;
- 14 - Reenquadramento do nvel de Cozinheiros de 01.1.05 para 01.1.13;





**SINDICATO DOS SERVIDORES MUNICIPAIS  
DE RIBEIRÃO PRETO, GUATAPAR E PRADÓPOLIS**



15 - Cumprimento da Lei Complementar 2515/2012 que criou o Plano de Carreira do servidor público, com a disponibilizao de formulário para a formalizao de requerimento para a Promoo, bem como a imediata aplicao da Progressão;

16 - Regulamentao, por meio de lei, da data de pagamento dos vencimentos dos servidores municipais para o primeiro dia útil subsequente ao do mês trabalhado;

17 - Interveno imediata, com o acompanhamento da diretoria do Sindicato, nos prrios municipais e outras edificaoes onde trabalham servidores ou trabalhadores públicos municipais que não possuam AVCB - Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros válido, para correo das irregularidades no que se refere  hidráulica, elétrica e condioes de segurança das construçoes, para o requerimento do AVCB ou sua renovao, no sentido de viabilizar a prestao de serviços públicos  comunidade, sem que isso implique em risco  saúde e integridade física dos trabalhadores e servidores públicos municipais que prestam serviços nas unidades referidas;

18 - Que o Município celebre acordo nos autos do Processo 1042440-67.2019.8.26.0506, comprometendo-se em proceder, de imediato, em prol dos servidores municipais da Administrao Direta e autarquias (ativos, inativos e pensionistas), a revisão geral anual de seus vencimentos/proventos relativos ao período de março/2018 a fevereiro/2019, conforme previsto na Lei Orgânica do Município, artigo 120, e no artigo 5 da LCM 1.866/2005, e que o percentual de correo abarque todo o período inflacionário em que não se promoveu a atualizao da remunerao, com a adoo de ndice oficial válido (INPC), inclusive sobre o 13 salário, férias, licença prmio, qinqnio, sexta parte e demais vantagens pecuniárias percebidas por cada servidor municipal no período;

19 - Retirada imediata, pelo executivo, dos projetos de lei que estão tramitando na Câmara Municipal, sobre a Reforma da Previdência Municipal (Emenda  Lei Orgânica 05/19 e PLC 105/19).



**SINDICATO DOS SERVIDORES MUNICIPAIS  
DE RIBEIRÃO PRETO, GUATAPAR E PRADÓPOLIS**



## **ITENS ESPECÍFICOS DE CADA SECCIONAL**

### **Seccional da Guarda Civil Municipal**

- 01 – Pagamento de um plantão de 12 horas, mais um dia de vale-alimentao (referente ao dia extra trabalhado);
- 02 – Pagamento do vale-alimentao de 12 horas diurnas no mesmo valor pago para o noturno;
- 03 – Pagamento do precatório referente ao quinqnio e sexta-parte, sem parcelamento;
- 04 – Manter os descontos do IPM sobre a gratificao de periculosidade, para incorporao na aposentadoria;
- 05 – Instituio de gratificao de trabalho penoso, a ser paga no percentual de 15% sobre o valor do slrio base;
- 06 – Volta do dia abonado;
- 07 – Pagamento do Vale Alimentao relativo ao 13 slrio.

### **Seccional da Secretaria da Assistência Social**

- 01 - Pagamento da Gratificao prevista na Lei Complementar n. 2.517/12 para todos os Motoristas que prestam serviços na secretaria da Assistência Social, tendo em vista que todos os motoristas da SEMAS executam as mesmas funções dos que já recebem a referida gratificao;
- 02 - Pagamento da gratificao prevista na Lei Complementar n. 2.517/12 para todos os cozinheiros, Agentes Operacionais e Assistentes Sociais, que prestam serviços nos Núcleos da Secretaria de Assistência Social;
- 03 - Extensão da Gratificao prevista na Lei Complementar n. 2.517/12 para todos os Servidores dos Núcleos da Terceira Idade e CECI tendo em vista que todos executam as mesmas funções dos Educadores Sociais que já recebem a referida gratificao;

Sede: Rua XI de Agosto n 361 - Campos Elíseos – Ribeirão Preto – SP. – CEP 14085-030

Tel.: (16) 3977-8100 – [www.municipais.org.br](http://www.municipais.org.br)

Sub Sede: Rua Aparecido Nunes, 333 casa 01 – Nova Guatapar – Guatapar – SP. – CEP 14115-000

Sub Sede: Rua Cesar Giovanetti, 720 casa 01 e 02 – Centro – Pradópolis – CEP 14850-000





**SINDICATO DOS SERVIDORES MUNICIPAIS  
DE RIBEIRÃO PRETO, GUATAPAR E PRADÓPOLIS**



- 04 – Aplicação efetiva do SUAS - NOB RH, com contratação imediata de equipe técnica mínima para os serviços do CRAS e CREAS (Assistente Social, Psicólogo e Educador Social), para que o município não perca a gestão plena;
- 05 – Segurança nos locais de trabalho por meio da Guarda Civil Municipal, oferecendo segurança para os servidores que exercem suas funções em todos os equipamentos da SEMAS;
- 06 - Melhorias na estrutura física do Cetrem para melhorar as condições de trabalho dos servidores;
- 07- Imediata resolução do Expediente Interno 130/16, que trata da inclusão de servidores nas disposições do artigo 5º da Lei Complementar 2765/2016;
- 08 - Manutenção periódica e adequada da frota de veículos da SEMAS.

**Seccional do DAERP**

- 01 - Adequação do nível e da classe dos motoristas para 07.1.01;
- 02 - Concurso Público para Agente Comercial Entregador Leiturista, Agente Administrativo, Operador de Sistema de Água e Operador de retro escavadeira para suprir as necessidades do setor;
- 03 - Que a gratificação prevista no artigo 9º, § 1º e 2º da Lei Complementar 2.765/16 seja estendida a todos os servidores do DAERP que ocupam o mesmo cargo e exercem as mesmas funções, inclusive os da área de tributos;
- 04- Pagamento das horas extras realizadas e não pagas até o momento;
- 05 - Prestigiar, de maneira isonômica, os servidores dos cargos da Carreira 17, nos mesmos patamares mais elevados aplicados a outras carreiras;
- 06 - Retorno do pagamento dos 10 dias de férias em pecúnia, para o Daerp;
- 07 - Incentivo e prática de Ginástica Laboral e Atividades Físicas;
- 08 - Definição do grau de insalubridade, conforme NR 15, anexo XIV, Agentes Biológico, para os servidores que trabalham no Sistema de Esgoto e Produtos Químicos (Cloro);
- 09 - Retorno do pagamento da Licença Prêmio;



**SINDICATO DOS SERVIDORES MUNICIPAIS  
DE RIBEIRÃO PRETO, GUATAPAR E PRADÓPOLIS**



10 - Incluir os Técnicos de Segurança do Trabalho da Administração Indireta na Lei Complementar 2484/2011;

11 - Desconto do IPM sobre a gratificação prevista na Lei 2.588, art. 4o (servio externo);

12 - Aumento do valor percentual da Gratificação de Pronto Atendimento (Lei 2843/17), dos atuais 10% para 30%, tendo em vista a equivalncia dos servios prestados com os profissionais administrativos das secretarias da Fazenda e Administração;

### **Seccional da Secretaria da Educação**

01 - Equiparação salarial, em incio de carreira, para profissionais da educação nas funes de PEB I e II equivalente ao PEB III, que possuam formação em nvel superior;

02 - Extenso da aposentadoria especial para todos os profissionais da educação – PEB I, II e III – que, afastados das salas de aulas, permaneam exercendo suas atividades profissionais nas escolas municipais e demais instncias de apoio educacional;

03 - Realização de concursos pblicos em carter imediato para as seguintes funes e/ou cargos pblicos: Auxiliar de Servios e Inspetor de Alunos;

04 - Criação do cargo de “agente escolar”, que desempenhar as funes anteriormente realizadas pelos “inspetores de alunos” e a realização imediata de concurso pblico, pois as escolas municipais carecem de profissionais que zelem pelos alunos quando estes se encontram fora das salas de aulas;

05 - Definição de mdulos de auxiliares de servios para as escolas da Rede Municipal de Ensino, levando-se em conta o nmero de alunos, de salas de aulas e a dimenso dos estabelecimentos escolares, pois h escolas que contam com apenas um profissional no exerccio dessa funo;

06 - Investir na contratação de pessoal capacitado e na melhoria das bibliotecas e laboratrios das escolas da rede municipal de ensino;

07 - Capacitação dos professores, por meio de cursos de 360 horas, para a implementação do disposto na Lei no 10.639/2003;



**SINDICATO DOS SERVIDORES MUNICIPAIS  
DE RIBEIRÃO PRETO, GUATAPAR E PRADÓPOLIS**



- 08 - Regulamentao e alterao da simbologia e do nível do cargo de Secretário de Escola, Agente Administrativo de CEI, EMEI E EMEF, mediante capacitao específica, a fim de valorizar pecuniariamente esses servidores;
- 09 - Restabelecer os laboratórios de informática, com contratao de monitores, e os mesmos atuando na sua rea;
- 10 - Construo de escolas municipais com recursos federais já liberados;
- 11 - Enquadramento do Instrutor de Bandas Marciais na Lei Complementar 2.668/14;
- 12 - Que a Secretaria Municipal de Educao cumpra a Resoluo do CME 20/2009;
- 13 - Climatizao das salas de aulas;
- 14 - Que o chamamento de coordenador pedagógico seja na proporo de um por escola, ressaltando a importância do chamamento para as Ceis e Emeis;
- 15 - Aprovao do plano municipal da Educao, no primeiro semestre;
- 16 - Que seja valorizada no plano de carreira a formao específica em educao;
- 17 - Que os professores efetivos, quando ministrarem aulas eventuais, sejam remunerados conforme o valor das horas-aula do cargo efetivo.
- 18 - A fim de garantir a integridade física e psicológica dos alunos e profissionais da educao que atuam nas escolas municipais, que no prazo de seis meses, todas elas tenham, obrigatoriamente, "Alvará de Funcionamento".
- 19 - Regulamentar e atribuir a funo do apoio nas CEIS, EMEIS e EMEFS, exclusivamente no período de atribuio de aula anual.
- 20 - Compra de máquina de lavar louças, para todas as unidades escolares;
- 21 - Que as férias e licença prmio dos cozinheiros sejam concedidas mediante acordo entre a SME, Divisão de Alimentao Escolar-DAE e o Sindicato dos Servidores Municipais;
- 22 - Cumprimento dos artigos 93, 94 e 95 do estatuto do servidor, que trata de remoo e permuta, dar transparncia, disponibilizando o número de vagas em aberto;



**SINDICATO DOS SERVIDORES MUNICIPAIS  
DE RIBEIRO PRETO, GUATAPAR E PRADPOLIS**



- 23 - Implantao de programa de medidas e aoes (avaliaoes ergomtricas) para os cozinheiros;
- 24- Aquisio de computadores para auxiliar no serviço de estoque (cozinha).
- 25 - Formalizao por escrito e cumprimento do que foi acordado na Comissão de elaborao do Calendário Escolar de 2020, no tocante a concessão do “Recesso Escolar” para todos os servidores efetivos que atuam nas escolas municipais;
- 26 - Rever o caso dos profissionais cozinheiros volantes, (lotado na cozinha piloto) que atendem até duas escolas por dia, e não tem um suporte de transporte ou vale transporte correspondente para a sua locomoo;
- 27 - Realizao imediata de concurso para cozinheiro, a fim de suprir as vagas abertas por aposentadorias, exoneraoes, mortes e demais causas de vacância;
- 28 - Correo do número de alunos por cozinheiro, conforme a Tabela PNAE;
- 29 - Criar uma comissão de cozinheiros para participar das reunioes do CAE- Conselho de Alimentao Escolar;
- 30 - Que seja destinado um percentual da Verba de Subveno, para melhoria e manuteno específica das cozinhas.

**Seccional da Secretaria da Infra-Estrutura, Obras Públicas, Meio Ambiente**

- 01 - Pagamento da gratificao de atividade, prevista na Lei Complementar 2.587/2013, para os servidores da área do parque e viveiro;
- 02 – Que seja feita a análise das condioes de insalubridade e periculosidade no trabalho dos servidores que executam suas funoes no Bosque Municipal, Horto Municipal (Viveiro);
- 03 - Que seja feita a análise das condioes de insalubridade no trabalho dos servidores que executam suas funoes na Divisão do Bem Estar Animal;
- 04 - Abertura imediata de concurso público para preenchimento dos cargos vagos da Infraestrutura, Meio Ambiente e Obras Públicas;



**SINDICATO DOS SERVIDORES MUNICIPAIS  
DE RIBEIRÃO PRETO, GUATAPAR E PRADÓPOLIS**



- 05 - Reforma urgente das instalações do aterro sanitário, inclusive com a construção de um banheiro próximo  balança; (Infra)
- 06 - Pagamento de gratificação (TARM) para todas as Telefonistas; (Infra)
- 07 - Criação de encarregadoria para todas as equipes do departamento Infra-24, para valorização do servidor de carreira;
- 08 - Pagamento de gratificação para os servidores que trabalham no recape infra-24;
- 09 - Pagamento de gratificação para os profissionais envolvidos com o programa (Semi aberto);

**Seccional da FAP – Secretarias da Fazenda, Administração, Coordenadoria de Limpeza Urbana, Planejamento, Cultura, Esportes, Fundação Dom Pedro, Jurídico, Câmara Municipal, Casa Civil, Turismo e Secretaria de Governo.**

- 01 – Abertura de concurso público para o cargo de Agentes Operacionais (auxiliar de servios, jardineiros) para a Coordenadoria de Limpeza Urbana;
- 02 – Reforma das instalações da coordenadoria da limpeza urbana, situada  Rua João Bim, com a construção de vestiários e refeitório para melhoria das condições de trabalho (CLU);
- 03 - Fornecimento de uniformes para os Agentes Operacionais da Coordenadoria de Limpeza Urbana;
- 04 - Atualização anual do subteto salarial, através de legislação específica;
- 05 - Pagamento do vale-alimentação aos Fiscais de Posturas quando em escalas contínuas no calçadão ou em demais festejos; (Fazenda)
- 06 - Alteração da redação do artigo 21 da Lei Complementar 410 de 21/12/94 referente a gratificação mensal para os Técnicos em Contabilidade, a fim de passar para o percentual de 100% sobre o valor do slrio base; (Fazenda)
- 07 - Pagamento de insalubridade para os funcionários do setor de atendimento ao público; (fazenda)





**SINDICATO DOS SERVIDORES MUNICIPAIS  
DE RIBEIRÃO PRETO, GUATAPAR E PRADÓPOLIS**



- 08 - Recomposição salarial das perdas relacionadas  a retirada do nível Técnico Especial, (nível 15) dos Agentes de Fiscalização;
- 09 - Reforma e adequação das áreas de uso comum dos servidores, como cozinha, refeitório, banheiros, etc.; (Planejamento)
- 10 - Para técnicos em desenho e desenhistas deverá ser efetuada a correção de nível de carreiras e cargos dos códigos 15.1.01 e 12.1.04 para o código inicial 15.1.44 (agente técnico – nível especial – Jornada 20 horas) do Anexo III da LC 2515/2012. (Planejamento);
- 11 - Reforma do refeitório da Cava do Bosque, e aquisição de materiais de trabalho;
- 12 - Recomposição do quadro de funcionários da Secretaria de Esportes;
- 13 - Reforma do Centro de Esporte e lazer Manoel Freitas Câmara;
- 14 - Planejamento e gestão em segurança para todos os equipamentos da Secretaria de Esporte;
- 15 - Espaço ou sala adequada para os motoristas da Secretaria de Esportes;
- 16 - Pagamento das horas-extras em pecúnia para os servidores da Secretaria de Esportes;
- 17 - Reforma e ampliação do refeitório do museu do café;
- 18 - Recomposição do quadro de funcionários da Secretaria da Cultura;
- 19 - Reenquadramento da carreira dos cargos de Operador de Câmara de TV, Diretor de Imagem (TV), Editor de Vdeotape (VT) e Fotógrafo, para a carreira 15. (Lei complementar 2515/12);
- 20 - Criação de gratificação específica para os motoristas de nibus (Sec de Esportes);
- 21 - Renovação da frota de veículos da Secretaria Municipal de esportes;





**SINDICATO DOS SERVIDORES MUNICIPAIS  
DE RIBEIRÃO PRETO, GUATAPAR E PRADÓPOLIS**



### **Seccional do I P M e SASSOM**

01 – Cumprimento das disposioes previstas no  4 da Clausula 7 do Acordo Coletivo de 2012 sobre o pagamento do plano de carreira para todos os aposentados e pensionistas, tendo em vista que 119 servidores aposentados e pensionistas, que obtiveram suas aposentadorias pela Emenda Constitucional 41, deixaram de ser incluídos no PCCS;

02 – Que o teto da Cesta Nutricional seja reajustado, além do percentual inflacionário, com aumento real, a fim de evitar a diminuição de beneficiários;

03 – Que o IPM tenha em seu quadro funcional uma assistente social, para atuação diretamente com os aposentados e pensionistas;

04 - Que os recursos apresentados no IPM relacionados a aposentadorias, sejam avaliados pela junta de recurso e não pelo jurídico do IPM;

05 – Que a pericia médica do IPM, Lei 1012/00, volte a ser no IPM e não na divisão de medicina e segurança do trabalho;

06 - Que o IPM reconheça e aplique o tempo de contribuição dos servidores que se aposentaram pela mdia e trabalhou na União e Estado, para fins de quinqnio e sexta parte;

07- Que o cadastramento dos aposentados e pensionistas seja feito através da rede bancaria;

### **Seccional da Secretaria da Saúde**

01 - Criação e implantação do Plano de Carreira do SUS;

02 - Mudança da nomenclatura do cargo de agente/oficial Administrativo da saúde para Agente SUS (opcional);

03 - Redução da carga horária de trabalho do Agente SUS para 30 hs, sem perda no salário, conforme Expediente Interno 402/12, com prazo determinado para início;

04 - Reenquadramento do Agente Oficial Administrativo e Agente SUS, com o nível inicial 15.1.01(nível técnico);

05 - Reenquadramento de Auxiliar de Enfermagem para Técnico de Enfermagem com, nível inicial na carreira 15.1.01 (nível auxiliar e técnico);

*Sede: Rua XI de Agosto não 361 - Campos Elíseos – Ribeirão Preto – SP. – CEP 14085-030*

*Tel.: (16) 3977-8100 – [www.municipais.org.br](http://www.municipais.org.br)*

*Sub Sede: Rua Aparecido Nunes, 333 casa 01 – Nova Guatapar – Guatapar – SP. – CEP 14115-000*

*Sub Sede: Rua Cesar Giovanetti, 720 casa 01 e 02 – Centro – Pradópolis – CEP 14850-000*



**SINDICATO DOS SERVIDORES MUNICIPAIS  
DE RIBEIRÃO PRETO, GUATAPAR E PRADÓPOLIS**



- 06 - Reenquadramento de Auxiliar para técnico em farmácia, com o nível de entrada na carreira 15.1.01(nível técnico); (oportunizar cursos de formação pela prefeitura respeitando o prazo de conclusão);
- 07 - Reenquadramento de Auxiliar para Técnico em Saúde Bucal, com o nível de entrada na carreira 15.1.01(nível técnico); (oportunizar cursos de formação pela prefeitura respeitando o prazo de conclusão);
- 08 - Pagamento do adicional de periculosidade para os trabalhadores da Odontologia;
- 09 - Pagamento do adicional de insalubridade a todos os Agentes e Oficiais Administrativos, Radio-Telefonista, da Secretaria da Saúde;
- 10 - Segurança nas Unidades de Saúde, inclusive na sede da Secretaria da Saúde, com controle de fluxo na entrada, feito por agentes de segurança concursados;
- 11 - Criação de lei para redução da carga horária de 40 para 30hs, dos técnicos de laboratório e técnico de eletrocardiograma e técnico de laboratório óptico;
- 12 - Fim das terceirizações e privatizações na saúde;
- 13 - Que seja regulamentada a função do motorista do SAMU na forma da lei federal;
- 14 - Efetivação de 06 horas diárias, para quem faz a carga horária de 30hs semanais;
- 15 - Abertura de concurso público para Técnico em Radiologia;
- 16 - Criação de mais cargos de técnico de enfermagem, para suprir a demanda das unidades de saúde;
- 17 - Que seja pago o Casem para todos os profissionais auxiliares e técnicos de enfermagem;
- 18- Criação do plano de carreira próprio para os agentes administrativos da saúde;
- 19 - Acesso ao espelho de ponto, através de senha e login;
- 20 - Revisão do calculo do PSF de 25% para 33%;
- 21 - Implantação de controle de fluxo em todas as unidades distritais de saúde, climatização e segurança 24hs;



**SINDICATO DOS SERVIDORES MUNICIPAIS  
DE RIBEIRÃO PRETO, GUATAPAR E PRADÓPOLIS**



22 - Pagamento do adicional de periculosidade para os Auxiliares e Técnicos de Enfermagem, Médicos e Motoristas do SAMU;

23 - Prmio de conservao para Auxiliares e Técnicos de Enfermagem, que atendem nas ambulâncias do SAMU, que são quem fazem a higienizao apropriada das viaturas;

24 - Elaboro de escala diária 6horas/dia cumprindo a determinao da LC 2594/2013 em vigor desde 07/2014 que estabelece jornada de 30horas/semanais aos auxiliares de farmacêutico, auxiliares e técnicos de enfermagem, agente odontológico e técnico e de higiene Bucal;

25 - Para melhoria no atendimento dos pacientes acompanhados pela Assistência Farmacutica, solicitamos a recolocao do quadro de servidores afastados por aposentadoria e/ou exonerao, bem como o aumento do efetivo já estabelecido pela Lei Complementar 2620/2013;

26 - Na impossibilidade do cumprimento de escala diária de 6horas/dia do Auxiliar de Farmacêutico, havendo interesse do servidor público, o cumprimento da Lei Complementar 2618/13 pelo Regime Especial de Trabalho com acréscimo de 25% (vinte e cinco por cento) sobre o valor do vencimento base com jornada diária de 8horas/dia;

27 - Correo da descrio do cargo de Auxiliar de Farmacêutico, constante na Lei Complementar 2.587/13, e adequao da jornada de trabalho em conformidade com a LC 2594/13. A descrio sumária do cargo deverá se igualar  descrio sumária declarada e registrada no PPP, junto ao órgão de Previdência Social;

28 - Inclusão no Anexo I da Lei Complementar 2843/2017 tabela de cargos, carreiras, níveis e vencimentos, e no Anexo V tabelas de gratificaes, no nível de vencimento 12.1.01, com a denominao do cargo de Auxiliar de Farmácia, estabelecida na Lei Complementar 2587/13, com carga horária de 30 horas/semanais;

29 - Desenvolvimento e implantao de dispensao de medicamentos com leitura de código de barras, reduzindo o tempo de atendimento e melhorando a rastreabilidade dos insumos/medicamentos na rede municipal;

30 - Mudança da nomenclatura de auxiliar de enfermagem, para Técnico de Enfermagem;

31 - Segurança armada na Farmácia e Almoxarifado Central da Saúde;

32 - Criao de novos cargos na Farmácia Central.



**SINDICATO DOS SERVIDORES MUNICIPAIS  
DE RIBEIRÃO PRETO, GUATAPAR E PRADÓPOLIS**



## **Seccional das Secretarias de Combate s Endemias e Agente Comunitária de Saúde**

01 – Criao de gratificao a título de serviço externo para os demais servidores da Zoonose e Agentes Comunitárias de Saúde que não foram contemplados pela Lei Complementar não 2.587/13;

02 - Pagamento do adicional de insalubridade para os funcionários da nebulizao, no percentual de 40% sobre o valor do slrio base, conforme NR-15, anexo XIV;

03 - Pagamento do adicional de periculosidade, conforme especifica a Lei 12.740/12, aos Agentes de combate a endemias e agentes comunitárias de saúde;

04 – Repasse do recurso federal com finalidade de incentivo adicional aos Agentes Comunitários de Saúde e Agentes de Combate a Endemias, em cumprimento a Lei 12.994 de 17 de junho de 2014;

05 - Mudança de nível dos slrios dos Agentes de Operao, lotados na divisão de vigilância ambiental em saúde, de 01.1.01 para 12.1.01, e pagamento da gratificao de 20% de serviço externo;

06 - Adequao do nível 07.1.01 e 08.1.01 para o nível 12.1.01 dos Agentes de Combate s Endemias e Agente Comunitária de Saúde, conforme a Lei 2.515/12;

07 - Adequao das máscaras do agente nebulizador, para máscara facial completa, conforme determina as Diretrizes Nacionais para a Preveno e Controle de Epidemias de Dengue;

08 - Sede única para a Divisão de Combate a Endemias;

09 - Pagamento da verba do PMAQ (Programa de Melhoria do Acesso e da Qualidade na Ateno Básica), para profissionais das equipes participantes;

10 - Adequao dos plantões dos agentes de endemias por horas, acrescidas de 50%;

11 - Mudança no sistema de pontos (Endemias);

12 - Que os plantões sejam pagos dentro do mês;

13 - Carga horária de 30 hs semanais, sem reduo do slrio, para todas as Agentes de Ao Comunitárias de Saúde;

14 - Fornecimento de computadores individuais para elaborao dos relatórios de trabalho das Agentes de Ao Comunitária;

Sede: Rua XI de Agosto não 361 - Campos Elíseos – Ribeirão Preto – SP. – CEP 14085-030

Tel.: (16) 3977-8100 – [www.municipais.org.br](http://www.municipais.org.br)

Sub Sede: Rua Aparecido Nunes, 333 casa 01 – Nova Guatapar – Guatapar – SP. – CEP 14115-000

Sub Sede: Rua Cesar Giovanetti, 720 casa 01 e 02 – Centro – Pradópolis – CEP 14850-000



**SINDICATO DOS SERVIDORES MUNICIPAIS  
DE RIBEIRÃO PRETO, GUATAPAR E PRADÓPOLIS**



15 - Que sejam revistas as atribuições que realmente cabem aos agentes de ação comunitária de saúde, inclusive as rotinas administrativas e setor de recepção;

16 - Fornecimento de óculos de proteo solar, para os agentes de controle de endemias, e agentes de ação comunitária de saúde, para atividades de campo, conforme as normas regulamentadoras do ministério do trabalho;

Ribeirão Preto, 02 de março de 2020.

**LAERTE CARLOS AUGUSTO**  
**Presidente SSM/RPGP.**